

HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE E O ENFOQUE DE GUILHERMINO CESAR

LUIZ HENRIQUE TORRES*

RESUMO

No contexto de uma historiografia do antagonismo, busca-se o lugar da produção historiográfica de Guilhermino Cesar acerca da formação histórica do Rio Grande do Sul no período colonial.

PALAVRAS-CHAVE: formação histórica; Rio Grande do Sul; historiografia; Guilhermino Cesar.

ABSTRACT

Within a historiography of antagonism, the place of Guilhermino Cesar's historiographical production about the historical background of Rio Grande do Sul in the colonial period is aimed at.

KEYWORDS: historical background; Rio Grande do Sul; historiography; Guilhermino Cesar.

O trabalho historiográfico de Guilhermino Cesar nos estudos da história do Rio Grande do Sul no período colonial será abordado na dimensão das duas frentes de expansão colonizatória que se confrontaram no século XVIII: a jesuítico-missioneira e a luso-brasileira. O autor produz seus escritos num período em que a historiografia do antagonismo ainda se destacava nos estudos rio-grandenses, especialmente com base em Moysés Vellinho. Cesar, no prefácio do livro *Fronteira*, ao elogiar Vellinho, afirmou: “nada mais exato. A História rio-grandense, como integrante do Brasil, tem de ser feita a partir desse antagonismo...”¹. Essa dicotomia missioneira e lusitana marcou inúmeros estudos historiográficos que buscaram a construção de identidades para o Rio Grande do Sul: identidades situadas entre o regional e o nacional.

Para uma aproximação com a sua abordagem serão definidos dois temas significativos ao período colonial: as Missões Jesuítico-Guaranis e a fundação da atual cidade do Rio Grande. A fronteira histórica espanhola está situada através das Missões; já a presença de

* Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI-FURG; doutor em História – PUC-RS.

¹ VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975, p. xiv.

uma frente de expansão luso-brasileira se irradiou da Barra do Rio Grande para outras áreas do atual Rio Grande do Sul.

Em 1970, Guilhermino Cesar publicou um livro sobre o Rio Grande do Sul no período colonial. A preocupação com o levantamento documental e a revisão bibliográfica resultou num trabalho consistente, respaldado em fontes que são comentadas pelo autor. Na segunda edição, em 1980, o autor faz um balanço da produção intelectual no campo da história rio-grandense, afirmando que, em relação ao período colonial, muitos são os temas passíveis de revisão, diante de fontes primárias que eram recém-divulgadas. Constatou que a história regional rio-grandense mereceu, nos três ou quatro decênios anteriores, maior atenção mesmo em obras gerais produzidas no Brasil ou em outros países. Ressaltou o movimento de renovação historiográfica em autores do Rio da Prata, franceses, italianos, alemães e *brazilianistas* norte-americanos². Acreditava que o avanço registrado pelas ciências do homem na segunda metade do século 20 beneficiou largamente a historiografia brasileira e o ensino universitário.

A sua posição historiográfica frente à formação histórica rio-grandense e o lugar reservado às Missões Jesuítico-Guaranis indica o engajamento a uma historiografia da exclusão: de um lado a história do Rio Grande do Sul luso-brasileiro, e do outro, as Missões enquanto parte de uma história ligada à Espanha. A teleologia historicista persistia com *roupagem documental*, dando continuidade ao paradigma historiográfico tradicional e de uma metodologia de recurso narrativo, em que a citação dos documentos confere autoridade e dá veracidade aos escritos. O campo de decisões políticas (reis, governadores, autoridades) era privilegiado e conduzia à explicação dos acontecimentos.

Guilhermino Cesar considerava as Missões como um capítulo da história do Paraguai e da Argentina, pois “o que lá se passou, antes de 1801, não pertence diretamente à História do Rio Grande”³. Além de ruínas “que o tempo vai implacavelmente reduzindo a escombros” e a contribuição à pecuária gaúcha, “no complexo cultural luso-brasileiro, tomadas as suas linhas de rumo, os seus ideais, o sentimento de pátria, muito pouco influíram as Missões, que os nossos pioneiros hostilizaram, vendo nelas um corpo estranho – nem era outra coisa – à margem esquerda do Uruguai”⁴.

A fragilidade da cultura guarani ficara explicitada com o fim do paternalismo dos jesuítas na segunda metade do século XVIII, quando “os

² CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1980, p. 5. A primeira edição é da Editora Globo, de junho de 1970.

³ Idem, p. 223.

⁴ Idem, p. 224.

antigos catecúmenos voltaram, muitos deles, à barbárie tribal, ou se acomodaram na indigência cultural em que modorraram até 1801”⁵. Segundo Guilhermino Cesar, a conquista realizada por intrépidos aventureiros em nome do patriotismo, como Borges do Canto, representou uma continuidade histórica com as primeiras bandeiras, também movidas pela busca de brasilidade. A energia desses homens modestos levou ao fim do litígio de fronteiras cujas origens estava no Tratado de Tordesilhas. Borges do Canto e seus companheiros, com sua façanha, ratificaram as linhas da história. “Foram os bandeirantes do Rio Grande. Reeditaram, ao começar o século XIX, o impulso civilizador que trouxera à província do Tape as bandeiras de Manuel Preto e Raposo Tavares, e de todos os que, na caminhada para o Sul, buscaram durante dois séculos firmar a nossa fronteira, pelo Oeste, nos limites naturais do Rio Uruguai”⁶.

O autor compartilhava o conceito de *Império teocrático jesuítico*, enfatizando a autonomia do projeto histórico missionário frente ao colonialismo espanhol. Para ele, com a Guerra Guaranítica e a derrota missionária em Caiboaté, “estavam abertas aos chefes peninsulares as portas por detrás das quais ocultava o decantado império jesuítico dos Sete Povos (...) Custa-nos admitir que uma expedição militar de 1800 índios se organizasse à revelia dos curas, tão ciosos de sua autoridade (...) é mais do que natural que os jesuítas procurassem estimular no espírito de seus subordinados a idéia da manutenção de sua organização teocrática (...)”⁷.

Porém, o modelo político teocrático foi descartado pelo autor no capítulo “Os Siete Pueblos antes de sua incorporação ao Brasil”. O Estado teocrático dentro do Estado espanhol cederia espaço a uma utopia socialista de moldes em Platão, Santo Agostinho e Campanella⁸.

Em relação ao escravismo dos bandeirantes no século XVII, “a colheita de escravos, nas Reduções jesuíticas, chegara ao auge, dando imenso prestígio aos paulistas, cujos cabedais se opulentaram com o tráfico de milhares de cativos por eles arrancados ao viveiro das reduções”⁹. Quanto à derrota dos bandeirantes na batalha de Mbororé, Guilhermino Cesar considerava que “as perdas dos nossos foram enormes e os remanescentes a custo fizeram a viagem de retorno”¹⁰.

⁵ Idem, p. 230.

⁶ CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801): estudo das fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1981, p. 192.

⁷ Idem, p. 156.

⁸ Idem, p. 226-227.

⁹ Idem, p. 68.

¹⁰ Idem, p. 71.

Como consequência do escravismo das bandeiras, teríamos modificado os rumos de nossa História, através do “recuo imposto pelos luso-brasileiros à penetração castelhana empreendida pela Companhia de Jesus”¹¹. O autor acreditava que “nem tudo foi sangue, horror e morte durante esta fase de nossa formação territorial”, afinal os bandeirantes teriam somente precipitado a força migratória latente nos índios. E, citando Jaime Cortesão, “as Reduções desfizeram-se como castelos de cartas que eram. Em muitos casos, bastou um sopro para desabarem”¹².

Em artigo de 1979, “Ocupação e diferenciação do espaço”¹³, o autor persistia na abordagem excludente da participação indígena nos primórdios do povoamento ibérico no Rio Grande do Sul. Afirmava que antes da ocupação européia “apenas vagavam tribos indígenas” pelo território ainda inculto de civilização¹⁴. Caberia exaltar as Missões pela tentativa de impor princípios cristãos a “numerosos grupos indígenas, que viviam na mais absoluta barbárie, por outro lado é preciso reconhecer que elas não deram os frutos esperados”. Para Cesar, o fracasso da “bela e comovedora aventura das Missões” se deveria ao fato de o aborígene viver a lei da natureza, segundo princípios imemoriais, respeitadas suas estruturas arcaicas, não possibilitando ao cristianismo penetrar em suas mentes¹⁵. Frente ao universo lusitano, não havia espaço para os guaranis e as Missões, pois, para ele, a explicação social, política, econômica, espiritual e mormente étnica do Rio Grande de hoje difere por completo do mundo guarani. “O lastro cultural, a argamassa que uniu as partes desse todo, o impulso caracterizador, permanente, isso lhe veio sobretudo das vilas litorâneas, como Laguna e São Vicente (...). O que ficou para trás é pré-história, constitui um capítulo interessante mas truncado do processo”. Para César, a torrente que veio desembocar no Brasil atual, “naquilo que significamos em face de nós mesmos e do mundo, na forma de ser nacional de que nos orgulhamos, supera de muito o experimento coletivista das Missões como fator de civilização”¹⁶.

Essas linhas são explicitadas numa série de aspectos, quais sejam, do sentido histórico do Rio Grande do Sul, do lugar das Missões e da dimensão antropológica empregada pelo autor. As categorias antropológicas utilizadas são eurocêntricas; os guaranis viviam na mais absoluta barbárie: a civilização cristã foi passagem e não incorporação,

¹¹ Idem, p. 72.

¹² Idem, ibidem.

¹³ CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (org.) RS: economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

¹⁴ Idem, p. 8.

¹⁵ Idem, p. 15.

¹⁶ Idem, p. 15-16.

devido aos limites culturais dos *aborígines*; o guarani vivia na selva, sob leis da natureza e regido por estruturas arcaicas. Enfim, o *lastro cultural* do homem rio-grandense não poderia ter vindo do guarani, que apresentava uma *argamassa cultural* não-civilizada. Para o autor, o sentido histórico do Rio Grande do Sul estava demarcado pela ação lusitana sistemática a partir de 1737. O que veio antes é pré-história, o conteúdo cultural de um processo truncado que não suscita maiores indagações frente ao teleológico sentido luso-brasileiro do processo histórico gaúcho. A secundária e passageira participação do guarani nas Missões demarcava um posicionamento privilegiador e delimitador do nascimento do Rio Grande do Sul: a empresa colonizadora portuguesa, promotora da integração do homem ao meio e responsável pelo cruzamento racial.

O lugar histórico das Missões era pré-histórico, afinal aqueles acontecimentos foram uma “comovedora aventura, vivida heroicamente pelos jesuítas”, os quais não conseguiram “articular uma sociedade estável”. Constatou-se que as Missões consistiram em um século e meio de instabilidades, integradas pela *decadência inata* subjacente a esse projeto. Por outro lado, o nascimento e consolidação de fatores luso-brasileiros foi espontâneo¹⁷ e fadado ao sucesso. O acontecer histórico já estava definido, não estando frente a um processo, pois ele é acessório diante do projeto que foi imposto. A história então se fundava numa soma de marcos, acontecimentos e sinais, que deveriam ser encadeados sequencialmente numa direção predeterminada, constituindo o sentido intelectual de uma prática historiográfica que – não se pode deixar de esquecer – estava situada no presente de suas motivações.

A FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE

Os momentos decisivos do surgimento da atual cidade do Rio Grande ocorreram no contexto do conflito militar entre portugueses e espanhóis pelo controle da Colônia do Sacramento. Aí estão inseridas as participações de personagens como o Brigadeiro José da Silva Paes e Cristóvão Pereira de Abreu. Esses episódios são exponenciais para explicar a consolidação da presença luso-brasileira no Rio Grande do Sul e receberam de Guilhermino Cesar um espaço de destaque em

¹⁷ “Os traços mais genuínos da sociedade gaúcha ligam-na intimamente às origens lusas; estas não se lhe apagaram da fisionomia espiritual, com pretendem historiadores e sociólogos apressados. Bem ao contrário. A própria vizinhança do espanhol, tida como elemento concorrente da pretendida descaracterização, serviu antes para avivá-las. De outro modo, não se explicaria a posição do Rio Grande de hoje na Federação, a cujo grêmio leva o tributo de um sentimento nacional agudíssimo”. CESAR, Guilhermino. *História da literatura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 361.

seus estudos.

Esses acontecimentos épicos ligados ao nascimento oficial do Rio Grande do Sul português tiveram uma narrativa episódica que conduziu ao surgimento de uma civilização.

Deixando o Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, seu imediato, na enseada de Maldonado, navegou o Brig. Silva Paes com destino à Barra do Rio Grande, a bordo da galera *Leão Dourado*. Seguiram-no cinco naus: as galeras *Bonita* (*N. Senhora das Mercês*) e *Santana* (conhecida como *galera do Porto*), a corveta *São Francisco Xavier*, o bergantim *N. Senhora da Piedade* (por antonomásia *Bicha Cadela*) e a balandra real *N. S. da Conceição*. A corveta e a balandra, não podendo acompanhá-lo ao termo de sua rota, procuraram abrigo em Santa Catarina. Partira o brigadeiro com cerca de 400 homens, mas ao fundear não dispunha senão de 260, dada a ausência das duas citadas embarcações¹⁸.

Continuando o relato, foi no dia 19 de fevereiro de 1737 que finalmente o Brigadeiro Silva Paes pôs o pé em terra e desembarcou a tropa, depois de localizado o posto em que o Cel. Cristóvão Pereira de Abreu o aguardava desde meses antes. Achava-se o sertanista, à frente de 160 homens, acampado no forte que havia construído à margem direita do Rio de São Pedro, no local onde assenta hoje a cidade de Rio Grande. Este forte é o Jesus-Maria-José, e Cristóvão Pereira distribuíra sua força por quatro companhias, mandando guarnecer o Arroio e o passo de São Miguel, este último a sessenta léguas de distância, hoje em território uruguaio. Durante os meses de espera, Cristóvão reunira bastante gado de corte e cavalos, apesar de constantemente hostilizado pelos índios Tape. Com admirável senso de objetividade, esse reinol, transplantado muito cedo ao Brasil, havia assimilado os hábitos de vida no sertão e percorrera várias vezes o litoral rio-grandense, no interesse do contrato de couros que celebrara com a provedoria real da Colônia do Sacramento. Por isso mesmo, Silva Paes havia julgado indispensável a sua cooperação e o sertanista respondeu mais que satisfatoriamente ao pesado ônus da empresa, afirmou Cesar¹⁹.

Do forte, erguido na deserta praia arenosa, Cristóvão Pereira havia seguido atentamente os passos do brigadeiro, para atender ao que este lhe ordenasse. Dias antes da chegada da expedição a São Pedro, havia escrito a Gomes Freire, dando-lhe circunstanciada notícia das dificuldades encontradas pelos expedicionários no Prata e das providências que tomara, na expectativa do ansiado desembarque

¹⁸ CESAR, *História do Rio Grande do Sul*, p. 107.

¹⁹ Idem, p. 108.

daqueles homens que viriam fundar o primeiro estabelecimento oficial português no solo rio-grandense. A carta de Cristóvão Pereira foi reproduzida para caracterizar aquele momento:

Pela pouca confiança que faço da gente que aqui se acha, tomei por melhor acordo retirar-me outra vez ao passo deste Rio e fortificar-me no porto da parte do Sul, com trincheira e quatro peças cavalgadas por segurar o posto que é o único para passar animais e pôr a cavallada e gado da parte do Norte, deixando só ficar o que baste para a carga desta sumaca a que hoje se dá princípio para se continuar com a brevidade que for possível e também alguns cavalos para a guarda que sempre conservo e para mandar colher mais gado, depois de despachada a sumaca²⁰.

Cesar afirma que a cena do desembarque não foi narrada em documento por aqueles homens rudes que apenas faziam história ao vivo, em lances de audácia e abnegação. Sabe-se, contudo, que ao avistar o Brigadeiro, Cristóvão ordenou aos seus guardas, postados no desolado areal, que o saudassem no estilo militar. Atroou nos ares uma “descarga de três peças de campanha e trinta e seis armas, que unicamente existiam”. Mas o encontro dos dois chefes, naquelas remotas paragens, tem de qualquer modo o valor de um símbolo. De um lado, a vocação pioneira dos sertanistas, encarnada em Cristóvão Pereira; de outro lado, a sanção real ao empreendimento, que muito tardara, de plantar no Rio Grande de São Pedro um poderoso núcleo de fixação e expansão da cultura portuguesa.

Cesar enfatiza que, entre os altos funcionários da administração colonial que confiaram desde o início na oportunidade e conveniência da colonização do Rio Grande, achava-se o Conde de Galveias, Governador-Geral do Brasil. Em carta de 27 de julho de 1737, o conde relata a Martinho de Mendonça o empreendimento levado a termo por Silva Paes, expressando-se com entusiasmo sobre a colonização da nova conquista que foi a ocupação do Rio Grande de São Pedro,

que na minha opinião nos é de muito maior conveniência, não só pelas vantagens do sítio, e por formarmos um contingente sem interrupção, até a Laguna, mas porque me parece que será muito mais fácil no tratado que se espera para a demarcação de limites, entre as duas Nações, que os Castelhanos nos cedam o Rio Grande do que Montevidéu, em que por muitas razões não havia de consentir de sorte alguma.²¹

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Idem, p. 109.

Para o Conde de Galveias, o Rio de São Pedro tem campanhas dilatadas, fecundas e abundantes de pastagens, e por isso é grande a quantidade de gado, que se encontra nelas. Como fecho da carta aludida, lança esta advertência à meditação dos mais insofridos:

Isto é o que cá ouvimos do Rio Grande; e se os críticos que de nada se contentam esperavam que achássemos neste sítio a Praça de Namur e no de Maldonado a de Landavo, bem poderão advertir que nenhuma delas nasceu assim, e que as pôs no estado, e que hoje se acham, o excessivo trabalho, o Grande Cabedal, e o dilatado tempo que se despendeu na sua construção; se nós fizemos o mesmo, teremos Landavo e Namur, de outra sorte ficarão as cousas como dantes²².

Conforme Cesar, o Conde de Galveias tocara no ponto nevrálgico. Só podiam mesmo estar descontentes os mais afoitos. O Conselho Ultramarino recomendara ação imediata, sabendo, porém que os resultados visíveis a curto prazo eram notadamente de ordem política. Mas o orgulho português sofria profundamente com o malogro da expedição, no concernente a Montevidéu. O tempo deu razão ao malicioso Conde de Galveias. Silva Paes e seus sucessores transformaram em poucos anos aquela região, preparando-a para resistir ao movimento expansionista da Espanha. Se a defesa do Rio Grande chegou a esmorecer nas mãos tímidas e doentes do Governador Madureira, o certo é que, ao surgir a primeira geração crioula, o sentimento de nacionalidade, deitando raízes, se consolidara para sempre nas remotas campanhas meridionais do Brasil²³.

O povoamento do sul da Barra do Rio Grande é associado ao nascimento da nacionalidade, pois daí se irradiou a presença luso-brasileira e açoriana para os mais distantes pontos do atual Rio Grande do Sul. Em outra obra, o autor ressalta que a implantação de um estilo de vida luso-brasileiro, nesta estremadura, exigiu esforço continuado, levando os *nossos* a porfiados e sangrentos conflitos com o conquistador espanhol e seus descendentes do Prata²⁴.

Conforme ele, a integração territorial do Rio Grande exigiu dos que a fizeram, entre guerras externas, um espírito de coerência, um sentido de unidade que faltou no geral à América Espanhola. Em nenhuma outra parte do nosso país, como na raia meridional, as dificuldades vindas do exterior puseram tanto à prova os fatores, ostensivos ou subjacentes, da unidade nacional. Durante longos anos,

²² Idem, *ibidem*.

²³ Idem, p. 108-110.

²⁴ CESAR, *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*, p. 12.

pelejaram bravamente duros contendores. A supremacia do luso-brasileiro, na assimilação da infra-estrutura indígena, deu-lhe a vitória final *quase incruenta* em 1801, com a conquista dos Sete Povos. Na zona fronteira uruguaia, a atividade pastoril e as técnicas de trabalho comuns, se determinaram uma zona fortemente individuada, cujas peculiaridades contrastam, em substância, com as de outras regiões, como a de Cima da Serra e do Litoral, por outro lado fizeram do pioneiro um elemento humano extraordinariamente afirmativo²⁵.

Guilhermino Cesar conclui a sua análise afirmando que do campeador ao miliciano da fronteira, disposto a correr todos os riscos pelo seu pago, a mutação se fez em benefício da nacionalidade, de modo às vezes teatral, como já se disse, mas sem desfalecimento. O resultado aí está: uma fronteira fortemente guarnecida, não pelas armas, mas por sentimentos e aspirações inconfundíveis. Pode-se mesmo dizer, com relação ao Brasil e seus vizinhos do sul, que a separação entre eles dispensa o concurso da geografia. E sabemos que as fronteiras construídas pela *diferenciação humana* são as *mais inexpugnáveis*²⁶.

O sentido da obra de Guilhermino Cesar evidencia-se nesta busca de construção da nacionalidade fundada na brasilidade. Ele buscou nos atores e acontecimentos uma leitura da integração territorial do Rio Grande do Sul em estreito vínculo com as aspirações da sociedade brasileira. Para ele, até as guerras externas estavam permeadas por um espírito de coerência, um sentido de unidade que garantiu a presença dos rio-grandenses junto com brasileiros de diferentes formações regionais na contínua caminhada de construção do Estado-Nação no Brasil.

²⁵ Idem, p. 13

²⁶ Idem, ibidem.

